

O JEITINHO BRASILEIRO: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA¹

Alyssa Magalhães Prado²

RESUMO

O jeitinho brasileiro é uma prática tida como histórica no Brasil, além de ser considerada parte do cotidiano da sociedade brasileira, sendo um conceito pensado muitas vezes no senso comum e amplamente aceito no país, mas que apresenta muitos caminhos e desenvolvimentos dentro da literatura. O presente estudo tem por objetivo analisar as publicações nacionais e internacionais sobre as práticas do jeitinho brasileiro, buscando compreender as questões relevantes suscitadas e contribuir com a discussão teórica sobre o presente assunto. A pesquisa utilizou-se da metodologia da revisão bibliográfica, acreditando que esta proporciona clareza para o pesquisador optar pelos melhores instrumentos, processos e conceitos, além de evitar conteúdos menos eficazes para o tema estudado. A partir da pesquisa, espera-se contribuir com resultados que proporcionem reflexões acerca de um tema complexo, interdisciplinar e potencializador principalmente no campo social.

Palavras-chave: jeitinho brasileiro, cultura, sociedade, corrupção, Brasil.

ABSTRACT

The Brazilian way is a practice seen as historic in Brazil, and is considered part of the daily life of Brazilian society, is a concept often thought common sense and widely accepted in the country, but it has many paths and developments within the literature. This study aims to analyze the national and international publications on the practices of the Brazilian way, trying to understand the relevant issues raised and contribute to the theoretical discussion on this matter. The research used the methodology of literature review, believing that this provides clarity to the researcher choose the best tools, processes and concepts, and avoid less effective content to the subject studied. From the research, we hope to contribute with results that provide reflections on a complex subject, and interdisciplinary enhancer especially in the social field.

Keywords: Brazilian way, culture, society, corruption, Brazil.

¹ Este texto é resultante do projeto de pesquisa “O Jeitinho Brasileiro: Uma revisão bibliográfica” orientado pelo professor João Fernando Rech Wachelke, vinculado a pesquisa maior “Adaptação de medidas psicossociais para populações de ensino médio: valores e crenças sobre sociedade e relações interpessoais” e obteve apoio financeiro da FAPEMIG e PIBIC-UFU.

² Aluna de Graduação e Bolsista de Iniciação Científica PIBIC-UFU do Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia – Av. Pará, 1720 – Bairro Umarama, Uberlândia – MG – CEP 38400902, alymagalhaes@gmail.com.

1 INTRODUÇÃO

Este estudo tem como objetivo analisar o conteúdo das produções bibliográficas nacionais e internacionais a respeito das temáticas e práticas do “jeitinho brasileiro”, identificando os aspectos considerados relevantes. Primeiramente, será apresentado os principais autores sobre o tema, além das diferenciações entre jeitinho e outras práticas. A seguir, será explicitado as raízes e o que é a prática do jeitinho, suas implicações na sociedade, o jeitinho no campo de estudo da psicologia social e por fim, uma reflexão acerca da prática.

O jeitinho brasileiro é uma prática considerada histórica no contexto brasileiro, tida como cotidiana na cultura do Brasil e amplamente aceita no país. A palavra jeito é dotada de diversos significados como: modo, gesto, maneira, disposição, habilidade (FERREIRA, 1999). Assim, interpreta-se que a população brasileira tenha um modo próprio de lidar com diversas situações problemáticas, sendo este mecanismo o jeito brasileiro.

Um dos grandes estudiosos acerca do jeitinho brasileiro e sua importância dentro da sociedade brasileira é o antropólogo Roberto DaMatta, autor de obras significativas no Brasil como *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*, *O que faz do Brasil, Brasil?* e *A casa e a rua*. A primeira, especialmente, tratou de explicitar o Brasil como sendo extremamente complexo, não sendo passível de ser encaixado em uma fórmula ou uma única forma de explicação. Assim, o autor se tornou significativo para que não existisse somente um estudo e comparação da cultura brasileira, mas sim que houvesse uma compreensão utilizando-se do processo comparativo dos processos éticos, dos sistemas de crenças e valores que influenciam cada método, conduta, hábitos e atitudes culturais, sendo estas diferentes ou semelhantes. É necessário também o entendimento de como opera o tempo e espaço, como o contexto se executa na sociedade para que toda uma lógica seja colocada em andamento (BARBOSA, DRUMMOND, GOMES, 2001).

DaMatta (1984) apresenta diversas questões que permeiam a criação do mecanismo do jeitinho, pensando sua efetividade presente reconstruindo a história deste, a estruturação política do país, as consequências advindas do jeitinho e seu impacto. Parte do princípio que existem dois modos de navegação social que se apresentam no papel de dois sujeitos: o indivíduo, aquele que acata as leis universais que regulam a sociedade, e a pessoa, sujeito de relações sociais que conduz o sistema. O jeitinho seria um mecanismo comum da pessoa, que acredita e se utiliza das relações sociais nas situações que lhe convém.

O autor é imprescindível para o estudo acerca do jeitinho, porém outros autores realizaram estudos importantes para se entender melhor o fenômeno. Sendo o jeitinho brasileiro

uma prática social, é importante escutar a percepção da população, ou seja, do senso comum sobre o que é o jeitinho, como interfere na vida dos brasileiros, se esta prática seria correta ou não, entre outros.

Lívia Barbosa se propôs a escutar dos cidadãos brasileiros respostas acerca da existência do jeitinho. A pesquisa realizada pela autora ocorreu no período de 1984 a 1986 e contou com duzentos participantes de cidades como Recife, João Pessoa, Rio de Janeiro, sendo realizadas entrevistas e aplicação de questionários com cidadãos de diferentes classes sociais e faixas etárias. Esta diversidade de participantes proporcionou observar que o jeitinho é um fenômeno amplamente reconhecido, logo que todos os entrevistados expressaram seus conhecimentos sobre os termos “jeitinho brasileiro” e “dar um jeito”. A definição para os entrevistados em geral não mudou. Para a maioria, o jeitinho é um modo “especial” de se resolver algum problema, contornar uma proibição, desvencilhar-se de alguma situação delicada. É visto também como uma solução criativa que faz uso de habilidades como a esperteza, burlando regras e normas em busca de alguma finalidade. De modo geral, os indivíduos afirmaram ser usuários do jeitinho, apontando que esta prática é comum no cotidiano do brasileiro (BARBOSA, 1992).

Alberto Carlos Almeida realizou uma pesquisa buscando saber de uma amostra representativa da população brasileira, participante da Pesquisa Social Brasileira com coleta no período de 2000 a 2002, se o jeitinho é certo ou errado. Em seus resultados, exatamente metade da amostra acha certo, e a outra metade não concorda com a prática, assim, demonstrando a ambiguidade e divisão moral que se instaura na sociedade brasileira. Entretanto, é relevante que os participantes que consideram o jeitinho errado são mais enfáticos, sendo que 18% o consideraram sempre errado, enquanto apenas 9% o consideraram sempre certo. O autor defende que o Brasil é um país dividido em mentalidade. Seriam dois países separados em um *apartheid* cultural. Enquanto a classe baixa possuiria crenças destinadas a desaparecer ou enfraquecer, a classe alta defende princípios sociais dominantes de países considerados desenvolvidos. Para Almeida (2007), um dos motivos deste abismo entre as classes é a escolaridade. A educação comandaria o modo de pensar dos brasileiros. Assim justifica que o jeitinho é mais aceito nas classes com menores níveis de escolaridade, enquanto as classes com níveis superiores possuem percepções desfavoráveis sobre o jeitinho. O autor também defende que um aumento do nível de escolaridade no Brasil pode vir a aproximar a cultura brasileira de outros países, como por exemplo os Estados Unidos. Não significa que a herança cultural brasileira desaparecerá ou que o país se tornará igual a outros países, nem seria possível generalizar que todo país com baixos índices de escolaridade possuem o jeitinho do mesmo

modo que o Brasil. No entanto, a educação deveria influenciar no modo como o brasileiro segue regras e normas. O autor questionou principalmente em sua pesquisa a questão da utilização do jeitinho, e concluiu que dois terços da população se utiliza deste mecanismo. Entretanto chama a atenção para o fato de que esse número possa ser ainda maior pelo fato de quanto menor a escolaridade dos entrevistados menos eles sabem o que é “dar um jeito” e assim afirmam a não ocorrência da prática. Então, os que afirmaram dar um jeitinho são os com maior escolaridade pelo conhecimento do significado da prática. Provavelmente, as pessoas de menor escolaridade também se utilizam do mecanismo, mesmo não conhecendo o termo (ALMEIDA, 2007).

Dessa ambiguidade identificada no significado de jeitinho a partir da pesquisa de Almeida, evidencia-se uma intensa confusão entre jeitinho, favor e corrupção. Como diferenciar esses três termos? Barbosa (1982) alega que é difícil distingui-los precisamente, porém é possível pensar os termos em uma trajetória com dois polos: o primeiro positivo, onde estaria o favor e o segundo, negativo onde se instauraria a corrupção. Situado entre ambos estaria o jeito, observado tanto como positivo ou negativo. O que diferencia esses termos é a situação e depende das pessoas envolvidas. Entretanto, há características próprias que possibilitam uma melhor compreensão dos termos. O favor, por exemplo, implica reciprocidade. A pessoa que recebe um favor se sente “devedor” e inclusive se constrange caso não o retribua. A corrupção normalmente se define pela implicação de algum ganho material advindo da situação (BARBOSA, 1982).

No caso da corrupção, a cultura define um caráter voltado aos vícios e ao imoral como por exemplo uma situação que envolve ações no campo da ilegalidade. Porém, ignoram-se constantemente processos maiores que envolvem a construção da sociologia política da corrupção do Brasil, levando em consideração sempre que atos corruptivos pertenceriam a uma cultura da personalidade do brasileiro. A análise da corrupção requer uma compreensão maior dessa natureza que contradiz a norma, para explicar mais claramente porque o brasileiro aceita a corrupção, sendo que esta não deve ser observada como característica da personalidade brasileira, mas sim como uma construção social que permite que esta seja tolerada na prática (FILGUEIRAS, 2009).

Retornando à pesquisa de Almeida (2007), observa-se que o autor analisa empiricamente a presença dessas três práticas, expondo dezenove situações prováveis cotidianamente como “*Uma pessoa que conhece o médico passar na fila do posto de saúde é...?*” ou “*Fazer um gato/gambiarra de energia é...?*” e em seguida questiona os participantes se esta era uma situação de favor, jeitinho ou corrupção. É perceptível nas respostas que situações que implicam infrações legais mais evidentes e menos frequentes no cotidiano, como

enriquecer por meio de cargos públicos ou ter dois empregos e só ir trabalhar em um, foram classificados como corrupção, enquanto outras situações mais vivenciadas no dia-a-dia, como furar a fila do posto médico ou banco, foram consideradas jeitinho. Nas situações de favor, há um grande consenso nas respostas que podem ser entendidas como gentilezas realizadas para com o próximo (ALMEIDA, 2007).

O jeitinho também foi foco de consideração no campo da administração. Flach (2012) se propõe a investigar o jeitinho brasileiro, suas características e influências, no ambiente organizacional. Argumenta que o jeitinho é uma forma de malandragem, e representa a quebra das normas. Porém, considera também que os limites entre certo e errado são confusos, não havendo um consenso sobre a prática. O jeitinho brasileiro deve ser visto como uma ação que visa contornar uma situação, sendo que se não implica em prejuízo para terceiros ou para o Estado, poderia ser conceituado como jeitinho brasileiro positivo. Se existem prejuízos e quebra das regras e normas, seria definido como jeitinho malandro. Para caracterizar os traços do jeitinho levanta construtos como criatividade e espontaneidade, humor, atalhos, relações interpessoais, gingado, flexibilidade, economia de esforços e informalidade, e a relação desses com o jeitinho, abordando os aspectos popularmente considerados positivos e as críticas a esses aspectos. Flach (2012) admite o jeitinho como um elemento que faz parte da cultura organizacional brasileira, argumentando que essa cultura que trata o jeitinho como fórmula para o sucesso possui uma grande probabilidade de resultar em trabalhos e indivíduos preguiçosos, malandros e ineficientes, gerando constantemente problema para as organizações pela fuga dos padrões sociais e do que é considerado correto. Para o autor, é importante que haja um maior rigor quanto as leis e normas e uma reflexão maior por parte dos brasileiros sobre seus comportamentos.

É importante pensar na investigação de um conceito que pode ser considerado inicialmente como senso comum, mas que apresenta tantos caminhos e desenvolvimentos dentro da literatura, desde os mais conservadores aos mais críticos. O jeitinho é um construto que grande parte das pessoas usa ou já ouviu falar, porém assim como Barbosa (1992) levantou, poucos se questionaram, buscaram debater ou pensar sobre o tema. Assim, é importante um estudo que possa propor uma base histórica e cultural, mas que realiza questionamentos e a promoção da reflexão do tema, abrindo um convite para o conhecimento e novas ideias que podem advir desse estudo.

2 MATERIAL E MÉTODOS

A pesquisa tendo como finalidade se aprofundar nos estudos acerca do jeitinho brasileiro, utilizou-se da metodologia da revisão bibliográfica. Segundo Alves (1992), esta metodologia proporciona para o pesquisador esclarecer melhor o seu objeto de estudo e a optar pelos melhores conceitos, processos e instrumentos, e também evitar os que tenham se revelado como menos eficazes na procura pelo tema pesquisado.

Além disso, a revisão permite

um processo continuado de busca, no qual cada nova investigação se insere, complementando ou contestando contribuições anteriormente dadas ao estudo do tema. A proposição adequada de um problema de pesquisa exige, portanto, que o pesquisador se situe nesse processo, analisando criticamente o estado atual do conhecimento em sua área de interesse, comparando e contrastando abordagens teórico-metodológicas utilizadas e avaliando o peso e a confiabilidade de resultados de pesquisa, de modo a identificar pontos de consenso, bem como controvérsias, regiões de sombra e lacunas que merecem ser esclarecidas. (ALVES, 1992, p. 54)

Foram realizadas pesquisas em diversos artigos pertinentes relacionados ao tema nas bases de dados Scielo, Google Acadêmico, Pepsic, PepsycInfo, além da seleção dos livros que abordam o assunto na biblioteca da Universidade Federal de Uberlândia. O período da pesquisa foi extenso e não houve restrição de datas, sendo assim variou de 1933 a 2012. Este recorte temporal ocorreu devido a necessidade de importantes obras históricas serem revisitadas, não diretamente abordando o jeitinho, mas sendo de leitura fundamental para se compreender melhor a construção do conceito nos dias atuais.

Uma dificuldade importante encontrada na pesquisa é a escassez de artigos que têm seu foco no tema do jeitinho brasileiro. Além dos autores principais que estudam esse tema já citados anteriormente, poucos desenvolvem artigos que abordam a prática, de modo que ao se realizar essa pesquisa, temas como corrupção, poder, justiça, política serão importantes, inclusive como facilitadores para o acesso aos estudos sobre jeitinho brasileiro. Por exemplo, na pesquisa realizada na base de dados da Scielo, apenas quatro artigos são encontrados ao se buscar jeitinho brasileiro, sendo que três deles estão em revistas de administração e um em uma revista do serviço social, explicitando outra constante da pesquisa, a presença do jeitinho em diversas áreas de estudo, mesmo que existam maiores discussões no campo da sociologia.

3 RESULTADOS

3.1 Raízes do Jeitinho Brasileiro

Para um entendimento mais claro acerca do jeitinho, é importante se atentar para que sociedade e cultura este se faz presente e conhecer que processos foram anteriores a solidificação do jeitinho como um instrumento do povo brasileiro. Acredita-se que a tradição política brasileira desrespeita a separação entre as esferas públicas e privadas, sendo o Brasil considerado um Estado moderno que não se legitima por leis impessoais e racionais. Filgueiras (2009) baseia-se em Faoro (1975) que afirma que o patrimonialismo carrega uma herança do mundo ibérico, pois essa sociedade se subordinou ao Estado, onde se desenvolveu em Portugal um Absolutismo, responsável por separar os grupos sociais da sociedade de modo burocrático. Essa forma de Estado se compõe em um sistema de exploração da máquina pública pela classe política, que teria se reproduzido como marca na tradição política brasileira.

Gilberto Freyre, em *Casa grande e senzala* (1933), obra referência para a compreensão do Brasil, apresenta o movimento da sociedade escravocrata e explicita o patriarcalismo corrente no Brasil colônia. Casa grande e senzala, latifúndio e escravidão, esses eram a base da sociedade escravocrata, e o autor apresenta como eram os processos vivenciados nessa estrutura social e econômica. Um dos grandes diferenciais da obra é a inserção de não só aspectos públicos, mas também privados da vida cotidiana, revelando hábitos dos senhores, do patriarca e sua família, dos escravos e escravas, assim desvendando a trama social da época. A obra de Freyre vem recheada de antagonismos, de equilíbrio dos contrários. Em momento algum transparece ser intenção do autor uma superação destes opostos, pelo contrário, os antagônicos convivem de um modo harmonioso (FREYRE, CARDOSO 2003).

Sérgio Buarque de Holanda foi responsável por escrever outra obra também central para a compreensão da história e cultura brasileira, o livro *Raízes do Brasil* (1937). No capítulo “O homem cordial”, Holanda inicia pontuando acerca da relação entre Estado e família. Para o autor, não existe entre as duas instâncias uma gradação, mas sim uma descontinuidade e oposição. O Estado surge a partir do momento que há a transgressão da ordem doméstica e familiar. Exemplifica citando as velhas fábricas onde o mestre e seus aprendizes eram uma família, onde havia uma hierarquia natural e todos partilhavam das mesmas restrições e permissões. Com o modelo industrial, passaram a existir empregadores e empregados que se tornaram cada vez mais diferenciados, extinguiu-se a intimidade no trabalho e as divergências de classe foram estimuladas (HOLANDA, 2012).

DaMatta (1997) utiliza-se da metáfora da “casa” e da “rua” para discutir também esses dois cenários. A rua é sinônimo de impulsos, é o local onde ocorrem acidentes, paixões,

novidades e ação, já a casa diz respeito a um ambiente conservador, onde as relações são de parentesco e sangue. Na casa, as ações são regidas naturalmente por hierarquias do sexo e idade, enquanto na rua as hierarquias precisam ser descobertas. Esse autor contrapõe-se a Holanda pois acredita em uma gradação possível nesses espaços públicos e privados, dando como exemplo a varanda, espaço que se configura como um meio entre casa e rua, entre intimidade e comunidade.

Laraia (2001) analisa a obra de DaMatta, onde o autor pontua que as relações da casa e a rua ultrapassam a questão espacial, e se configuram como categorias sociais que influenciam diretamente no comportamento das pessoas. Exemplifica dizendo que o chefe da família conservador e autoritário frente a sua família se transforma em um companheiro liberal e bondoso quando está na rua, ou o homem cheio de amantes é o marido preconceituoso dentro da casa. DaMatta esclarece em *“A casa e a rua”* (1985) o quanto no mundo atual a casa perdeu sua importância à medida que diversos rituais que lhe são característicos se transferiram para o ambiente da rua como o nascimento que agora ocorre sempre em hospitais, os casamentos que ocorrem nos salões de festas ou os velórios que acontecem nas funerárias.

O brasileiro foi classificado por Holanda (2012) como o “homem cordial”. O autor acredita que a contribuição brasileira para a civilização será a de cordialidade. A forma como o brasileiro trata o estrangeiro, a generosidade, a hospitalidade fazem parte do caráter brasileiro, porém é um erro interpretar esse modo de ser como apenas boas maneiras. Essas expressões de cordialidade são definidas como uma vitória do espírito sobre a vida, onde por trás de uma máscara, o sujeito mantém sua supremacia frente ao cotidiano. Para esse homem cordial, a vida em sociedade se torna uma libertação do pavor que é viver consigo mesmo e de ter de se apoiar em sua existência.

Rocha (?) interpreta o homem cordial como aquele que age pelo coração, ignorando diversas vezes a racionalidade devido às suas ações movidas pelo impulso, sendo assim existe um homem doce, afável, acolhedor. Mas à medida que o homem atua sendo este ser emocional, ele rejeita as formalidades, ignora a ética, e não consegue discriminar o privado e o público. Assim, ao mesmo tempo que a cordialidade é passiva, é agressiva. O autor destaca principalmente os momentos em que o homem cordial tem de lidar com as instâncias públicas, em que este apresenta a cordialidade como uma estratégia de enfrentamento contra a ineficácia deste setor. Nutriu-se a ideia de que a instituição pública só pode funcionar a partir de “amigos”, acarretando assim em um homem cordial que se utiliza de uma série de jeitos para enfrentar o que lhe é imposto.

Os autores apresentados anteriormente expuseram sobre os modos de ser e construção da identidade brasileira. Campos (1966) formulou uma teoria abordando o jeitinho diretamente, onde investiga as origens da prática defendendo que esta não é ilegal nem legal, mas sim paralegal. Para o autor, há três fatores principais relacionados à origem do jeitinho brasileiro. O primeiro é o contexto histórico. Grande parte dos países latinos teriam vivido mais tempo em regimes que mantinham relações feudais onde as leis eram aplicadas apenas para a parcela desfavorecida da população, nesse caso, servos, devido ao sistema feudal ser composto de grande desigualdade jurídica. Um segundo fator é ainda relacionado à legalidade. Segundo o autor, nos países latinos, observar-se-ia uma desarmonia entre a regra e os comportamentos da sociedade, motivando ao descumprimento de leis devido a essa tensão institucional. Por outro lado, os países anglo saxões possuiriam leis que são obedecidas, pois elas apenas reproduzem os costumes recorrentes. Assim seria menos possível a existência de tensões institucionais devido a uma inadequação da lei ao comportamento aceito, sem necessidade de artimanhas. Campos também identifica a religião como relacionada às origens do jeitinho. Os países latinos possuiriam como crença predominante o catolicismo, onde há rígidos dogmas e uma regra moral bastante intolerante, o que poderia acarretar na válvula de escape do jeitinho. Em contraste, a crença dos países protestantes seria mais permissiva e complacente.

Barbosa (1992) discorda de algumas pontuações de Roberto Campos, como por exemplo quando ele classifica o jeitinho como uma prática predominantemente latina. A autora discorda também da explicação sustentada a partir de práticas feudais brasileiras, sendo que não houve uma estrutura feudal de destaque nos países latinos, nem mesmo em Portugal, país que colonizou o Brasil; Por fim, Barbosa não concorda com considerar a religião como base para o jeitinho, afirmando que o próprio Lutero e seus seguidores contestaram a multiplicidade ética do comportamento dos líderes e seguidores da Igreja Católica a medida que condenavam o lucro e cobravam penitências ou vendiam absolvições, além de historicamente o catolicismo ser analisado como mais maleável com a presença de dispositivos como a confissão e o perdão.

Grandes autores expostos acima são indispensáveis para a compreensão do jeitinho. Principalmente Faoro, Freyre e Holanda realizaram resgates históricos significativos para a clareza dos aspectos que definem a brasilidade. Com o entendimento da construção da prática do manejo utilizado pelo sujeito brasileiro ao longo da história, se torna necessário entender como se desenvolve a situação onde é necessário para o brasileiro se utilizar desse recurso no seu cotidiano para conseguir lidar com as problemáticas que surgem em sua vida.

3.2 O que é o Jeitinho Brasileiro?

DaMatta (1983) afirma que o Estado sempre agiu a serviço da Elite, e sendo assim, consolida seu poder legislativo com a afirmação da proibição, submetendo assim sua população à obediência. Para Motta e Alcadipani (1999) os interesses pessoais são considerados superiores aos do coletivo, acarretando uma crescente ausência de coesão na vida social dos brasileiros. Então, o brasileiro responde a situações onde deveria servir a leis restritivas e universais utilizando seu sistema de relações pessoais. O autor utiliza situações do cotidiano do brasileiro para possibilitar se pensar sobre como funciona o jeitinho. Por exemplo, como reage o cidadão frente uma grande fila? Ou frente uma placa que proíbe estacionar? DaMatta sugere que outras populações como a estadunidense ou europeia atendem o que impõe a placa ou respeitam a fila. Por que diversas vezes não é o que ocorre no Brasil?

Barbosa (1982) acredita que para que exista o jeitinho, é necessária uma escolha social, um valor referenciado a esse mecanismo. O jeito só é possível a medida que é validado e reconhecido, e no caso do Brasil, ainda é utilizado para definir a natureza dos atos dos indivíduos. Sendo assim, a não ocorrência do jeito nos outros países tem relação não com a completa ausência de manejos, mas sim com a falta de autenticação deste, de associação com a cultura local como sendo algo típico.

Segundo DaMatta (1984), é também importante a compreensão destas leis. Para o autor, em outros países a legislação não seria feita com o intuito de explorar ou subjugar o cidadão, mas concebida como um instrumento para o funcionamento da sociedade, de um modo seguro, sem que a norma fosse aplicada diferencialmente entre os indivíduos devido à condição social.

Existem alguns aspectos que expõem melhor o entendimento da prática do jeitinho, ao se pensar o sistema legal brasileiro. No Brasil, o sistema jurídico não teria origem democrática, sendo assim, modelos jurídicos de controle social não seriam advindos da vontade popular ou buscariam refletir o modo de vida do brasileiro. Seriam resultado de uma “ciência normativa” que crê que sua população é desorganizada, confusa, primitiva e sem educação. Nessa situação, a desobediência às regras, vista em outros países como transgressão moral, não possuiria esse caráter no Brasil; em vez disso, seria a escolha do indivíduo entre a sua liberdade de agir, de seguir seu desejo contra a escolha pelo constrangimento externo, pela submissão aos interesses alheios. Consequentemente, o sistema se define então com todos colocados em um patamar de igualdade, porém hierarquizados em uma estrutura piramidal (LIMA, 2001).

DaMatta definiu o jeitinho da seguinte forma

O “jeito” é um modo e um estilo de realizar. Mas que modo é esse? É lógico que ele indica algo importante. É, sobretudo, um

modo simpático, desesperado ou humano de relacionar o impessoal com o pessoal; nos casos – ou no caso – de permitir juntar um problema pessoal (atraso, falta de dinheiro, ignorância das leis por falta de divulgação, confusão legal, ambiguidade do texto da lei, má vontade do agente da norma ou do usuário, injustiça da própria lei, feita para uma dada situação, mas aplicada universalmente etc.) com um problema impessoal. Em geral, o jeito é um modo pacífico e até mesmo legítimo de resolver tais problemas, provocando essa junção inteiramente casuística da lei com a pessoa que a está utilizando (DaMatta, 1984, p. 99).

DaMatta (1984) explicita que na situação do jeitinho estão presentes uma autoridade e um cidadão que necessita de algo. Do lado do cidadão, a humildade de alguém que chega, e do lado da autoridade, a superioridade se configura no protegido balcão de uma instituição expondo assim, posições sociais distintas. A partir do momento que a autoridade bloqueia o desejo do cidadão, forma-se então um impasse. Porém, no Brasil, entre aquilo que é permitido e o que é proibido, o “pode” e o “não pode”, nos termos do autor, está o jeito, usado para que se possam conciliar todos os interesses, criando-se uma relação cordial entre os envolvidos.

Ainda de acordo com DaMatta (1984), existe também o contra-argumento da autoridade, o famoso “Você sabe com quem está falando?”. Essa estratégia, ao contrário do jeitinho, não buscaria uma igualdade amigável, mas sim uma hierarquização entre os presentes. Poderíamos definir esse recurso como a tentativa de um solicitante de submeter seu interlocutor a uma hierarquia para fazer valer a vontade do primeiro, isto é, a rejeição da igualdade de tratamento numa relação ou da submissão a regras impessoais para delimitar uma condição especial de favorecimento ao solicitante devido a uma condição pessoal privilegiada. Segundo Carvalho (2001), a expressão busca uma determinação de papéis que denuncia um lado bastante diverso da ideia constante da cordialidade projetada no povo brasileiro. A afirmação é hierárquica e o indivíduo a utiliza para demarcar e evidenciar sua representação na sociedade.

Assim, se evidencia que

“Jeitinho” e “Você sabe com quem está falando?” são, pois, os dois polos de uma mesma situação. Um é um modo harmonioso de resolver a disputa; o outro é um modo conflituoso e um tanto direto de realizar a mesma coisa (DaMatta, 1984, p. 101).

Barbosa (1992) prossegue a partir das considerações de DaMatta (1983), e avança questionando sobre como funcionam os limites da afirmativa e também do jeitinho. Para a autora, o “Você sabe com quem está falando?” é imposto de forma bem definida, enquanto o jeitinho se configura de modo mais confuso, pois a caracterização desse mecanismo não é tão simples, apesar de sua universalidade. O “Você sabe com quem está falando?” é sempre a

situação onde existe o conflito entre uma norma ou a pessoa que a impõe, ou então, entre duas pessoas que ignoram, neste momento, suas identidades sociais e buscam por meio da hierarquização solucionar o conflito.

O jeitinho possui diversas possibilidades: pode ser uma solução individual e criativa para a situação, um cenário onde existe o confronto entre a norma e o sujeito que a representa, pode envolver a não manipulação do dinheiro, mas dependendo da soma envolvida, evoluir para a corrupção, pode ser considerado favor, devido a proximidade com o jeito. É necessário enfatizar que apesar dos processos envolverem o confronto, quem se utiliza do jeitinho jamais busca como solução a hierarquização, mas sempre a argumentação, a barganha. A proposta do jeitinho é exatamente juntar, e não separar os participantes da situação. Assim, não há a marcação das diferenças existentes entre os indivíduos, existentes ou não do ponto de vista social, mas a procura por anulá-las, acionando justamente a igualdade entre todos e da própria condição humana. (BARBOSA, 1992)

DaMatta (1983) acrescentará ainda outra interrogação presente na situação: “Quem você pensa que é?”, ressaltando o fato de grande parte das expressões citadas possuírem uma forma interrogativa, explicitando um modo não cordial de relação social. Há uma relação então com o inquérito, utilizado comumente no meio jurídico quando existem suspeitas de violações ou pecados. Para o autor, os brasileiros estranham o quanto essa frase é comum em países como os Estados Unidos, onde cotidianamente o indivíduo que pensa que poderá se sobressair sobre os outros, deverá colocar-se em seu lugar. A fórmula se configura como uma alarmante para o mundo real, que reforça as regras igualitárias e insere no campo imaginário e da fantasia as intenções hierarquizantes.

Almeida (2007) concorda e defende a presença desta em sociedades mais igualitárias que não possuiriam esta visão de mundo hierárquica do Brasil. O “quem você pensa que é?”, explicita que ninguém é especial, todos são submetidos às mesmas regras e leis, não há nenhum tipo de titulação, vantagens ou “amigos” que consigam resolver os conflitos com jeitos. A lei é igual para todos.

Um personagem recorrente na história do Brasil e que seria classificado como agente do jeitinho é o malandro, considerado um personagem nacional. Quando necessário, este papel está disponível no momento em que é conveniente ao sujeito acreditar que a lei pode ser esquecida ou trapaceada por meio deste jeito (DaMATTA, 1984).

O malandro foi e continua sendo retratado como um personagem característico da cultura brasileira dentro da literatura, da televisão ou do cinema. Um importante exemplo foi o Zé Carioca, personagem desenvolvido pela empresa estadunidense de mídia de massa The Walt

Disney Company, para funcionar como um elo entre a indústria e o país. Segundo Schwarz (1995), o papagaio verde foi criado pelo co-fundador da empresa, Walt Disney em 1942, com o intuito de retratar o brasileiro por meio de uma figura malandra e simpática. A criação deste personagem é fundamental para se entender a imagem que se construiu do cidadão brasileiro no exterior.

A visão estereotipada do brasileiro foi e continua sendo amplamente aceita. O personagem Zé Carioca foi desenvolvido para representar uma imagem do brasileiro por um estrangeiro, sendo assim, representa muito da forma como os outros países veem o Brasil. Alguns dos elementos culturais brasileiros eleitos para a formação do personagem são a simpatia, malandragem, esperteza, indolência, cordialidade e preguiça. Na própria literatura brasileira existem personagens que simbolizam esse modo de ser que foi construído historicamente e culturalmente como sendo próprio dos cidadãos brasileiros.

Macunaíma, o herói sem nenhum caráter, foi um livro escrito em 1928 por Mário de Andrade, e além da grande importância para a literatura brasileira, se caracteriza como uma obra que se destaca como sendo uma tentativa de simbolização da identidade nacional. O personagem que carrega o mesmo nome do livro é tido como um menino mentiroso, traidor, além de ser extremamente preguiçoso, tendo inclusive como frase característica “Ai, que preguiça!”. O autor ressaltou que seu livro seria um “*índice da entidade nacional dos brasileiros, uma súmula de seu caráter psicológico*” (FARIA, 2006, p. 271). Faria (2006) afirma ainda que para Mário de Andrade, o personagem principal que realiza de diversas artimanhas, não era um símbolo de “consciente” brasileiro, mas sim um sintoma da brasilidade. Assim, o livro era uma invenção literária, mas também resultado de pesquisas etnográficas e início para reflexões acerca da brasilidade.

O Auto da Compadecida é uma peça teatral escrita por Ariano Suassuna em 1955. Na peça, o personagem principal João Grilo manipula com habilidade a vontade alheia, e constantemente planta a confusão, sendo que ele sempre desenvolve alguma trama que guia e se desenrola na vida dos outros personagens. O personagem conduz suas intrigas, sendo como um “marginal” criativo que por meio de suas histórias, busca vencer as desigualdades da vida. O livro retrata uma sociedade doente, onde as relações de classe hierarquizadas são extremamente tensas, para ricos e pobres, e entre os próprios pobres (MACHADO, 2008).

Malandragem e jeitinho não são sinônimos, no entanto. O malandro seria um personagem típico que se utiliza do jeitinho para sua sobrevivência quando necessário. DaMatta (1984) explica a malandragem como sendo uma oportunidade de crescer socialmente e uma forma característica do brasileiro de desempenhar ordens impossíveis de serem cumpridas.

Motta (1997) acrescenta que o malandro busca conquistar vantagens e diversas vezes vem a enganar e trapacear para conseguir o que deseja (BATISTA, 2012).

O jeitinho, como já dito anteriormente, é uma prática cotidiana. Sendo assim, deve ser analisado também, além dos aspectos teóricos sobre o construto, a partir das pesquisas empíricas acerca do tema. Outro ponto importante é que a maioria dos estudos utilizados até então no presente texto são do campo da Sociologia, Antropologia, História, Direito ou Administração. Torna-se então importante analisar o que a Psicologia produziu e discutiu sobre o tema.

3.3 O Jeitinho Brasileiro no campo da Psicologia

Na mesma linha de investigação de Barbosa e Almeida, Pilati e colaboradores (2011) realizaram estudos qualitativos para caracterizar os conceitos utilizados por brasileiros para identificar o jeitinho e descrever comportamentos típicos. Os autores relacionam o jeitinho com normas nacionais reconhecidas; se por um lado o jeitinho como estratégia de resolução de problemas leva à quebra de normas sociais, por outro ele é aceito e reconhecido como um mecanismo, especialmente quando associado a recursos para aliviar o custo interpessoal do desrespeito às normas, pelo uso de simpatia para evitar conflitos. Além disso, há uma contradição cultural no jeitinho na medida em que a população reconhece que se trata de um modo de navegação reprovável, algo que não deveria ser feito; mas ao mesmo tempo, admite que é algo feito por praticamente todos. O primeiro estudo teve 17 participantes de Brasília, e o segundo, 28 do Rio de Janeiro. Após entrevistas, identificaram algumas temáticas constituintes do jeitinho, englobando antecedentes, consequências e os processos sociais envolvidos. De acordo com os participantes, os processos principais que caracterizam a estratégia do jeitinho seriam simpatia, malandragem, desrespeito a regras sociais e inovação. O jeitinho seria basicamente uma estratégia para obter sucesso em algum objetivo quebrando normas, de modo inovador e criativo, e apelando para relações interpessoais (simpatia, ou a possibilidade de interagir socialmente de modo agradável, demonstrando interesse) e esperteza (malandragem, ou modo simultaneamente traiçoeiro e astuto de se comportar para atingir objetivos). Em termos de antecedentes, o jeitinho seria um modo de ação possível na presença de relações hierárquicas de poder, e necessidade de compensação dessas diferenças para obter um suposto equilíbrio. Por fim, as percepções dos participantes identificam nas consequências do jeitinho uma reorganização das relações pessoais entre os envolvidos, a suposta compensação; e a inflição de dano aos outros. O jeitinho é percebido de modo ambíguo como algo positivo e negativo; devido ao seu caráter criativo e inovador e o sucesso na obtenção de

objetivos pessoais, seria algo positivo, mas dependendo das consequências negativas ocasionadas a outras pessoas, teria avaliação negativa.

Dando continuidade à linha de pesquisa, Ferreira e colaboradores (2012) estudaram o jeitinho na perspectiva da psicologia cultural, como um construto psicológico tipicamente brasileiro. Como características distintivas do jeitinho como estratégia de resolução de problemas, apontaram que se trata de um modo de interação de indivíduos sem relações preestabelecidas e horizonte de convívio futuro, e sem expectativa de reciprocidade. Para os autores, o jeitinho é uma estratégia individualista situada num contexto que enfatiza as relações de conexão entre as pessoas, aproveitando-se dessas conexões para chegar a objetivos pessoais ou evitar situações institucionais problemáticas. Em estudos voltados para o desenvolvimento de uma escala, uma amostra de 387 adultos de Brasília e do Rio de Janeiro recrutados a partir de contatos pessoais da equipe de pesquisa (amostragem por “bola de neve”) indicaram para uma série de comportamentos e cenários quão característicos eles eram do jeitinho brasileiro. Os agrupamentos dos cenários resultaram em três dimensões, ou seja, menos que os sete temas de Pilati e colaboradores: corrupção, incluindo cenários com uso de meios ilícitos para atingir fins; criatividade, cenários com emprego de estratégias inovadoras para resolver problemas; e quebra de normas sociais, o desrespeito a regras estabelecidas. Um segundo estudo com 284 adultos do Rio de Janeiro, recrutados de modo análogo ao do primeiro estudo, buscou identificar preditores desses componentes do jeitinho. No que diz respeito a efeitos aditivos, a dimensão corrupção correlacionou-se positivamente com o traço de personalidade socialização e com atitudes morais tendentes à leniência. A criatividade relacionou-se negativamente com escolaridade dos participantes; quanto maior o nível de escolaridade, menor a identificação com criatividade nos cenários estudados. Por fim, a dimensão de quebra de regras relacionou-se positivamente com a renda dos participantes – quanto maior a renda, maior a tendência a quebrar regras- com o traço de personalidade extroversão e a atitudes morais lenientes, e negativamente ao traço socialização. Foram identificadas também interações que identificavam que indivíduos com maiores tendências a uma concepção de mundo de competição social entre grupos (orientação para dominância social) tendiam a identificar-se mais com cenários de quebra de regras e corrupção que pessoas com baixa orientação para dominância social. Assim, o estudo contribuiu para refinar uma definição de jeitinho a ser utilizada em pesquisas e identificar suas especificidades em termos de relações com outras propriedades psicológicas e sociais.

Marco Miura (2012) realizou uma série de estudos com coleta realizada por meio de recrutamento por e-mail de voluntários, com a finalidade de caracterizar as dimensões

componentes do construto do jeitinho brasileiro e propor medidas alternativas para ele. Primeiramente, construiu uma escala de Likert contendo 35 comportamentos identificados no estudo de Pilati e colaboradores (2011). Os itens mencionavam comportamentos de personagens em situações contextualizadas, e o respondente deveria indicar o quanto a pessoa retratada no item se parecia com ele(a), de 1 - Não se parece nada comigo) a 6 – Se parece muito comigo. Os resultados indicaram a existência de duas dimensões. A dimensão jeitinho simpático aborda a tendência de buscar interações sociais positivas, com itens que expressam comportamentos pró-sociais e criatividade. O segundo fator, malandragem, contempla a tendência de desrespeitar ou contornar normas para atingir metas pessoais. Foram observadas correlações do jeitinho simpático com o valor de conformidade, e com traços de personalidade como socialização, extroversão e abertura a experiências. Por sua vez, as pessoas com altos níveis de malandragem tendiam a ter baixos escores de conscienciosidade e socialização e orientavam-se por valores individualistas. Posteriormente, Miura desenvolveu outra medida do jeitinho, também validada junto a uma amostra de internet, apresentando comportamentos inspirados em componentes teóricos do jeitinho não relacionados a situações ou papéis específicos; o respondente indicava o quanto eram ou não importantes, numa escala de 1 a 7. O primeiro fator é simpatia, caracterizado por comportamentos que indicam pessoas amigáveis e sociáveis. O segundo fator é a malandragem, ou emprego de táticas de engano e trapaças para atingir objetivos. A dimensão de criatividade implica recurso a soluções inovadoras para resolver problemas. O quarto fator, desrespeito a regras, mede a disposição individual para seguir (ou não) regras sociais. Por fim, dano a outros é um fator que avalia o quanto o indivíduo está disposto a desconsiderar possíveis efeitos negativos de suas ações em outras pessoas. A vantagem da escala descontextualizada estaria na possibilidade de realizar estudos minimizando eventuais vieses situacionais na percepção do jeitinho. Além disso, a consideração de mais dimensões constituintes do fenômeno do jeitinho aponta para sua complexidade, ao incluir noções diversas presentes tanto em análises de cientistas sociais brasileiros quanto ao entendimento popular sobre o assunto.

Explicitou-se ao longo do texto a forma como o jeito, que é abordado de forma tão comum socialmente, se configura como um mecanismo complexo e passivo de argumentações. A realização da análise do jeitinho funcionou de modo entender o processo como este foi construído, ou seja, as raízes históricas do Brasil que permitiram que o jeito obtivesse o lugar que possui na sociedade, a prática do jeitinho no cotidiano e o que a envolve e ainda a percepção que os sujeitos possuem deste mecanismo por um viés mais sociológico ou psicológico. No entanto, como dito anteriormente, é um construto passível de diversas argumentações e

questionamentos, assim como os autores que o trabalham, visando uma investigação que amplie e traga novas reflexões acerca do tema.

4 DISCUSSÃO

A investigação acerca do jeitinho brasileiro realizou-se de modo interdisciplinar, ampliando os estudos para além dos campos da Psicologia, Antropologia e Sociologia. Aspectos referentes ao jeitinho ou relacionados a prática foram encontradas em literaturas de diversas áreas como História, Ciência Política, Administração, Letras e Direito. Assim, pode-se verificar o quanto o jeitinho brasileiro possui significado dentro da literatura acadêmica, sendo uma prática que apesar de aparecer, no primeiro momento, comum e facilmente definida, apresenta ambíguas definições e explicações ainda limitadas e insuficientes.

Retomando as definições recorrentes para o jeitinho, principalmente por DaMatta e Almeida, observa-se a presença de uma forte determinação do mecanismo como sendo próprio da cultura brasileira. Assim, é costume de diversos autores, como os citados acima, uma forte exaltação e enaltecimento de outros países e suas leis, principalmente os Estados Unidos e a Europa, enquanto que ao Brasil é apontada a negligência, desconsideração e indiferença quanto a legislação. O jeitinho se tornou não apenas um mecanismo ou prática, mas algo que seria, de certa forma, inerente aos brasileiros.

Primeiramente, seria importante a realização de mais estudos e pesquisas empíricas para que possa ser explícito de que modo se dão as relações de outros países e regiões com as leis e normas, e conseqüentemente, com suas possíveis transgressões. Deste modo, além de se acrescentar conteúdo para a literatura acerca do tema, haveria uma maior clareza para a investigação das relações entre Brasil e outros países. Retomando Barbosa (1982), o jeitinho depende do valor que lhe é conferido. No Brasil, observa-se uma apropriação da prática como parte da cultura e identidade do país, sendo que nos outros países, não é claro um mecanismo similar ao do jeitinho caracterizado como parte da identidade nacional.

Nelson Rodrigues, em sua crônica “Complexo de Vira Latas” publicada na revista *Manchete Esportiva* em 1958, analisa o sentimento que o brasileiro se coloca como inferior, propositalmente, frente ao resto do mundo, em diversos setores. Dessa maneira, alguns autores apresentam uma aproximação com o conceito em seus apontamentos, quando colocam o Brasil de modo tão inferiorizado frente às outras nações. Seria o método comparativo o melhor instrumento para o entendimento acerca das culturas? Para realizar uma análise bem fundamentada acerca de um traço da identidade de um país, é importante levar em consideração a história e o modo como tal sociedade se estruturou ao longo dos anos.

A literatura apresenta também o jeitinho como um “caminho” nas mãos do brasileiro, que iria em direção a um certo ou errado. A prática pode funcionar como uma transgressão, quebra de leis e normas, conferindo um valor imoral e desonesto ao indivíduo, que produz uma ideia acerca do povo brasileiro para os estrangeiros e entre os próprios brasileiros. O senso comum utiliza-se bastante como forma de crítica social ao país a definição do Brasil como o país do jeitinho. Uma confusão constante que já foi discutida anteriormente e que possui relação com essa ideia de desonestidade e ilegalidade, é entre jeitinho e corrupção. Como afirma Barbosa (1992), a corrupção implica ganho material sobre a ação. Porém, constantemente, o jeitinho é considerado corrupção e vice-versa, o que demonstra que, apesar de essas duas práticas serem bastante citadas e discutidas pela população, não há clareza e observa-se a existência de um desconhecimento por parte dos indivíduos, inclusive quando se dispõem a realizar essa crítica social.

Por outro lado, o jeitinho também é apresentado como uma forma de resistência, ferramenta para a sobrevivência frente a um sistema que funciona a favor de alguns, colocando assim os sujeitos em posição de vítima. Almeida (2007) faz uma análise interessante acerca dessa diferenciação feita pelo sistema. Utiliza como exemplo as próprias formas de relacionamentos cotidianos, onde ocorrem o uso de expressões como “senhor” e “doutor”. O autor afirma que em outros países, como os Estados Unidos, o tratamento se dá apenas pelo “você”. Já no Brasil, é comum observar que aqueles que possuem uma condição econômica alta, ou que simplesmente aparentam, recebem vantagens no tratamento, havendo a construção de relações assimétricas entre os indivíduos. Assim, quando o sujeito possui a oportunidade de dar um jeito, seria uma vitória frente a esse sistema que diariamente o ignora e lhe inferioriza.

Barbosa (1992) promove uma discussão referente à relação entre a igualdade e o individualismo com o jeitinho brasileiro. A autora aborda a importância da existência ou não da presença da igualdade nas situações onde há o aparecimento deste mecanismo social. Observa-se que quando o jeitinho proporciona a igualdade, é aprovado e situado dentro de um discurso positivo, enquanto quando explicita uma desigualdade, é condenado e considerado a partir de um discurso negativo. Os entrevistados na pesquisa realizada por Barbosa (1992) trouxeram bastante deste questionamento acerca do igualitarismo, inclusive partindo deste para a elaboração do que é o jeitinho.

Essa relevância direcionada a igualdade se destaca e deve ser debatida, principalmente ao se pensar na construção histórica do Brasil, onde se evidencia um país marcado pela hierarquização, pelo patriarcalismo e pela divisão de classes de modo explícito. O jeitinho aparenta se afirmar como uma forma de se buscar mudar essas estruturas solidamente

construídas ao longo da história, porém, como já discutido anteriormente, se coloca como um “caminho”, que pode vencer o sistema ou apenas reafirmá-lo.

O Brasil se apresenta a todo momento, como já havia escrito Freyre (1933), como um país dos antagonismos. Barbosa (1992) descreve por exemplo, o fascínio que a constituição tem pela ideia de igualdade. Em todas as oito constituições que o Brasil possuiu, sempre houve a presença de um artigo que evidencia a igualdade de todos frente a lei, assim sendo, uma busca por sempre afirmar a presença da igualdade. Porém, exemplifica com a Constituição de 1824, que colocava o “desempenho pessoal” como um critério para ocupar funções públicas, a presença desta ideologia individualista, que considera as qualificações ligadas com a identidade pessoal dos sujeitos e que não manifesta a igualdade, mas sim a desigualdade nas relações construídas.

Um questionamento que persiste a partir de diversas leituras e reflexões é a quem serve o jeitinho brasileiro. Almeida (2007) em sua obra, apresenta uma série de dados e comparações como o uso do jeitinho de acordo com a idade, com a escolaridade, local ou classe social, porém não aprofunda quais os benefícios e propósitos do jeitinho. A presença desse mecanismo é tida como dito anteriormente, como uma característica cultural do brasileiro, sendo então independente de classe social, idade, local, escolaridade. A ideia a se pensar é se existe um ponto mais profundo nessa apropriação de jeitinho como um traço da população brasileira, de forma que fica a pergunta: Quem se beneficia com a existência do jeitinho?

Apesar de diversos autores desde os clássicos até os mais contemporâneos discutirem diversos antagonismos: público e privado, casa e rua, pode e não pode, a relação entre as classes sociais se mostra ainda pouco desenvolvida pelos autores e talvez poderia oferecer contribuições para se entender as serventias do mecanismo. O estudo do jeitinho por meio da procura por entender seu significado entre as classes sociais não foi foco de nenhuma pesquisa desenvolvida por algum autor, além de não haver clareza sobre quem ganha ou perde com a presença desse mecanismo.

DaMatta (1984) afirma que o cidadão “comum” consegue se sobressair sobre o sistema por meio do uso do jeitinho, podendo haver uma interpretação de que a ação beneficia as classes inferiores, porém ao mesmo tempo que ocorre essa vitória, há também a explicitação de um sistema onde uns podem mais que outros, de modo que essa situação cotidiana pode acobertar maiores transgressões por parte dos que detém o poder econômico e simbólico. Na verdade, ao se discutir o jeitinho, a questão econômica aparece de forma vaga de modo que o conceito se encontra mais próximo muitas vezes do simbólico.

Mesmo que se entenda o caráter que o jeitinho carrega como confuso frente as questões econômicas, é indispensável que haja uma maior investigação acerca de impactos e relações que o jeitinho pode ter para ambas as classes sociais, tanto a classe dominante quanto a classe excluída. É importante essa compreensão pois apesar de extremamente importantes, as contribuições desenvolvidas principalmente por Faoro, Freyre e Holanda são do campo da história, assim se fundamentar fielmente nesses autores parece oferecer dificuldades ao se pensar no mecanismo do jeitinho aplicado a sociedade atual, principalmente considerando o surgimento e iminente crescimento da classe média, que vêm se mostrando uma discussão recente importante para o entendimento do corpo social contemporâneo.

De forma alguma deve-se desconsiderar algum dos estudos realizados sobre o jeitinho, mas se prender para sempre nas questões históricas, hierárquicas e antagônicas presentes na construção e desenvolvimento do Brasil pode não ser a melhor opção para se pensar o país atualmente, além de impedir novas reflexões e avanços do tema ao se focar na culpabilização do Estado, do brasileiro ou de seu colonizador. A constante repetição do êxito de outras nações frente ao Brasil, pode ser também um impeditivo para reflexões críticas maiores acerca do jeitinho, além de explicitar o já citado Complexo de Vira Latas. Essa premissa fortalece o papel do brasileiro inferior, que somado a ideia de um povo fadado a sua história, se encontra paralisado frente à sua imagem de homem cordial, passional, irracional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, A. C. **A cabeça do brasileiro**. Rio de Janeiro: Record, 2007.
- ALVES, A. J. A revisão da bibliografia em teses e dissertações: meus tipos inesquecíveis. **Cadernos de Pesquisa**, v. 81, n. 5, p. 53-60, 1992.
- BARBOSA, L. **O jeitinho brasileiro**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- CAMPOS, R. de O. **A técnica e o Riso**. 2.ed. Rio de Janeiro: APEC, 1967.
- DA MATTA, R. **A casa e a rua espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- _____. **Carnaval, malandros e heróis**. 5.ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1983.
- _____. **O que faz o Brasil, Brasil?** 5.ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1984.
- FARIA, D. Makunaima e Macunaíma: entre a natureza e a história. **Revista Brasileira de História**, v. 26, n. 51, p. 263-280, 2006.
- FERREIRA, A. B. H. **Novo dicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- FERREIRA, M. C. FISCHER, R., PORTO, J. B., PILATI, R., MILFONT, T. L. Unraveling the Mystery of Brazilian Jeitinho: A Cultural Exploration of Social Norms. **Personality and Social Psychology Bulletin**, v. 38, n. 3, p. 331-344, 2012.
- FILGUEIRAS, F. A tolerância à corrupção no Brasil: uma antinomia entre normas morais e prática social. **Opinião Pública**, v. 15, n. 2, p. 386-421, 2009.
- FLACH, L. O jeitinho brasileiro: analisando suas características e influências nas práticas organizacionais. **Gestão e Planejamento**, v.13, n.3, p.499-514, 2012.
- FREYRE, G. **Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da família patriarcal**. Apresentação de Fernando Henrique Cardoso. 51^o.ed. São Paulo: Global, 2006.
- GOMES, L. G., BARBOSA, L., DRUMMOND, J. A (Orgs.). **O Brasil não é para principiantes: Carnavais, malandros e heróis, 20 anos depois**. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.
- HOLANDA, S. B de. **O homem cordial**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2012.
- LARAIA, R. de B. Da mata ao Carnaval: uma trajetória antropológica. In: GOMES, L. G., BARBOSA, L., DRUMMOND, J. A (Orgs.). **O Brasil não é para principiantes: Carnavais, malandros e heróis, 20 anos depois**. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.
- LIMA, R. K. Carnavais, malandros e heróis: o dilema brasileiro do espaço público. In: GOMES, L. G., BARBOSA, L., DRUMMOND, J. A (Orgs.). **O Brasil não é para principiantes: Carnavais, malandros e heróis, 20 anos depois**. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.
- MACHADO, I. O Auto da Compadecida e um personagem extraordinário. **Revista de Estudos em Artes Cênicas**, v. 9, n. 11, p. 113-121, 2008.
- MIURA, M. A. **Entre a simpatia e a corrupção: análise das dimensões constituintes do jeitinho brasileiro**. 2012. 52 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações, Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

MOTTA, F. C. P. e ALCADIPINI, R. Jeitinho brasileiro, controle social e competição. **Revista de Administração de Empresa**, v.39, n.1, p.6-12, 1999.

RODRIGUES, N. “Complexo de vira-latas”. In: **À sombra das chuteiras imortais: crônicas de futebol**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

RODRIGUES, R. P., MILFONT, T. L., FERREIRA, M. C., PORTO, J. B. e FISCHER, R. Brazilian jeitinho: Understanding and explaining an indigenous psychological construct. **Journal of psychology**, v.45, p. 29-38, 2011.

SCHWARCZ, L. M. Complexo de Zé Carioca: notas sobre uma identidade mestiça e malandra. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 29, n. 10, p. 49-63, 1995.